

IMIGRAÇÃO E ESCRAVIDÃO NO OESTE PAULISTA (1864-1888)

Immigration and Slavery (enslavement)
on Paulista West (1864 – 1888)

Tatiana de Almeida Amabile¹
Artur José Renda Vitorino²

Resumo

Este artigo aborda a questão imigratória, o trabalho imigrante e seus desdobramentos, e o problema do trabalho escravo na Província de São Paulo, mais especificamente, na região denominada de Oeste Paulista.

Palavras-chaves: História Regional, Oeste Paulista, Cafeicultura, Economia, Trabalho Escravo, Trabalho Imigrante.

Abstract

This article approach the immigrant question and his consequences and the problem of slave work in the Province São Paulo, more specifically, on the region called West-Paulista.

Key words: Regional History, West-Paulista, Coffee-growing, Economy, Slave work, Immigrant work.

Introdução

Este trabalho circunscreve-se à Província de São Paulo, mais especificamente à região denominada de “Oeste Paulista”³. Esta delimitação

¹ Licenciada e Bacharel em História (2005), Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas.

² Professor e pesquisador na Faculdade de História e do Grupo de História Regional, CCH, PUC-Campinas.

³ De acordo com Fernando Henrique Cardoso, um dos primeiros estudiosos da vertente historiográfica que

geográfica deve-se ao fato desta região ter impulsionado a implementação de uma produção aos ritmos de uma economia capitalista, e também por apresentar grandes possibilidades de pesquisa face o número de fontes primárias.

Quanto à delimitação cronológica – de 1864 a 1888 – em um extremo o marco deve-se ao início da Guerra do Paraguai e à expansão da produção, e, no outro, ao fim da escravidão.

A cultura cafeeira foi introduzida em São Paulo num período em que os escravos já estavam se tornando caros e escassos e teve, na mão-de-obra, um problema que desde o início afetou tanto os fazendeiros como a economia. Com o fim do tráfico negreiro e ameaça da Abolição, a solução inicial foi aproveitar os escravos provenientes do Norte (tráfico interprovincial), mas essa alternativa se tornou logo insatisfatória e complexa, pois, além da grande produção, a rápida expansão dos cafezais exigia cada vez mais mão-de-obra.

São Paulo buscou novas soluções através da utilização do trabalho livre, mas não a mão-de-obra nacional e sim a estrangeira. A opção mais considerada, então, foi a colonização estrangeira, mas a necessidade de substituir a mão de obra tradicional (escravos) pelo trabalho livre, não foi aceita entre todos os proprietários de escravos. Mesmo com o tráfico e a ameaça da Abolição, o número de escravos que entravam na Província era cada vez maior – a Província de São Paulo se constituiu como uma das regiões com o maior número de escravos até o fim da escravidão.

A introdução do trabalho livre na agricultura paulista constituiu-se num exemplo de criação de um mercado de trabalho livre em uma situação de desenvolvimento agrícola extensivo, sob condições de oferta

identificou que havia diferenças regionais entre os fazendeiros de café do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista, "a região denominada de Oeste Paulista não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na estrada de ferro Mojiana. Historicamente quando há referências ao Oeste Paulista visa-se a região servida por estas duas estradas de ferro e seus ramais". CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo, *Brasiliense*, n.º 28, março/abril 1960, p. 45. Já, de acordo com a Lei n.º 3029, de 9 de Janeiro de 1881, que introduziu o sistema de eleições diretas no Império, o Oeste Paulista correspondia aos 7.º, 8.º e 9.º distritos, que compunham os seguintes municípios: Campinas, Amparo, Serra Negra, Mogi Mirim, Penha do Rio de Peixe (atual Itapira), Pirassununga, Itatiba, Araras, Socorro, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal (atual São Carlos), Brotas, Dois Córregos, Jaú, Jaboticabal, Santa Bárbara, Casa Branca, Mococa, Ribeirão Preto, Franca, Santa Rita do Paraíso, Descalvado, São João da Boa Vista, Cajuru, Batatais, Espírito Santo do Pinhal.

de mão-de-obra durante a escravidão. A questão enfrentada pelos fazendeiros, na segunda metade do século XIX, não era somente encontrar uma nova fonte de mão de obra, mas também organizar e controlar com eficiência o trabalho livre. Pode-se analisar então que foi um processo ao mesmo tempo econômico, político e social. No entanto, esse fato não impediu que vários proprietários reclamassem a falta de mão-de-obra, mesmo continuando a comprar escravos. Somente em meados da década de 1880, é que os fazendeiros paulistas resolvem efetuar a “transição” do trabalho escravo para o livre.

Diferenças entre o Vale da Paraíba e o Oeste Paulista

O plantio de café foi iniciado no Vale do Paraíba, sob tradicionais padrões que a agricultura trazia desde o período colonial. Embora dedicadas ao mesmo produto e sujeitas às mesmas exigências de produção e comercialização, as duas regiões cafeeiras responderam de formas diferentes. As respostas, em cada uma das regiões, podem demonstrar a explicação do diferente rumo político que cada uma assumiu: o Vale da Paraíba era monarquista e o Oeste tornou-se republicano.

A cultura agrícola do Vale da Paraíba, que precedeu à do Oeste Paulista, por volta de 1830 essa região já estava se firmando como principal produtora de café. Na década de 1840, as intenções do Vale da Paraíba estavam voltadas para a expansão de cafezais e aquisição de mão-de-obra escrava. Organizadas sob a forma de grandes propriedades, tinham no trabalho escravo a base de sua mão-de-obra. Quando em 1854, em Vassouras (Rio de Janeiro), pela primeira vez discutiram as possíveis vantagens da introdução de imigrantes em suas fazendas, os colonos eram considerados apenas “*elementos de resistência em uma sistema de precaução e vigilância contra possíveis insurreições de escravos*”⁴.

Preocupados com o lucro imediato, os produtores do Vale do Paraíba foram devastando florestas utilizando técnicas rudimentares. Essas técnicas também eram usadas no beneficiamento do

⁴STEIN, Stanley, Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, apud: LIMA, Sandra Lúcia Lopes. O Oeste Paulista e a República. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

café, demonstrando o pouco uso de máquinas ou qualquer outra técnica mais sofisticada. Apesar da prosperidade os problemas logo apareceram, as características em que se estruturaram a produção, típicas de cultura colonial, se mantiveram e contribuíram para sua autodestruição.

O maior problema que aparentemente desencadeou a sua “destruição”, foi a mão-de-obra. Com a proibição do tráfico e a ameaça da abolição, o escravo foi se tornando cada vez mais caro e de difícil aquisição. Como consequência, os fazendeiros se vêem endividados (pois recorriam a todos os meios para conseguirem escravos).

Já no Oeste Paulista, a agricultura abandonou as condições coloniais de produção e adquiriu características capitalistas. Ao substituir o cultivo de cana por café, onde já havia na região uma estrutura que embora precária, foi de grande importância: a ligação com o Porto de Santos, mão de obra escrava e vias de comercialização. A partir de 1850, houve uma grande expansão do café que atingiu a cidade de Piracicaba, Tietê, Limeira, Rio Claro⁵, e na década de 1870 essa região já se tornava uma grande produtora. Essa expansão passou a exigir uma maior quantidade de mão-de-obra, e o aumento no preço do escravo fez com que os fazendeiros, sem tantos recursos, buscassem uma solução para esse problema. Iniciaram-se então as primeiras experiências com o trabalho livre através da mão de obra estrangeira.

Emílio Augusto de Zalar, que esteve na cidade de Campinas por volta de 1860, observou que nesta cidade havia atividades comerciais diversificadas, como: fábricas de licor, cerveja e chapéus. Tudo indica, então, que Campinas já era um centro no qual outras regiões podiam se abastecer. Uma característica diferente dos fazendeiros dessa região foi a boa receptividade em relação ao uso de máquinas que “*poupavam mão de obra e melhoravam a qualidade do produto*”⁶. As vantagens da utilização de máquinas implicavam na aplicação de um certo montante de capital, e os fazendeiros se viam na necessidade de canalizar recursos para a sua própria produção.

Os fazendeiros paulistas insatisfeitos com a falta de apoio do governo, não esperavam que as soluções dos seus problemas viessem pela “mão” do governo e sozinhos tentavam novas experiências:

⁵ LIMA, Sandra Lúcia Lopes, op. cit., p.20.

⁶ Idem, ibidem.pp. 21.

importação de mão de obra livre, construção de estradas de ferro, utilização de máquinas, etc., demonstrando que a iniciativa particular no Oeste Paulista era de grande importância e força. O resultado disso tudo foi a rápida modernização dessa região, que foi a característica preponderante da diferenciação entre o Oeste Paulista e o Vale da Paraíba.

As primeiras experiências do trabalho livre estrangeiro

Sabe-se que as primeiras tentativas de promover a colonização começaram na época de D. João VI, com a criação de núcleos coloniais formados por imigrantes alemães e suíços. Mas essas primeiras tentativas tinham o objetivo de povoar o país. Desde a Independência, todas as vezes que a questão da emancipação dos escravos “entrava” na cena política e econômica, vinha à tona o problema da necessidade de mão-de-obra para a lavoura. Totalmente dependentes do trabalho escravo, os fazendeiros não encontraram outra alternativa, a não ser a mão-de-obra livre estrangeira – os imigrantes. À medida que se expandia a plantação de café, mais caro e difícil tornava-se a obtenção de mão de obra para construção e conservação de pontes e estradas, pois muitas vezes os fazendeiros tinham de tirar seus escravos da lavoura para fazerem estes serviços.

A partir de 1840, através do Senador Nicolau Campos Vergueiro, iniciaram-se as primeiras tentativas de imigração na Província de São Paulo (primeira tentativa por iniciativa particular), com a fundação de colônias para as lavouras paulistas. Esta iniciativa devia-se ao fato da expansão, mas em especial, à extinção do tráfico que estava em face de ser implementada.

O emprego de imigrantes na grande lavoura envolvia uma “verdadeira revolução” nos métodos de trabalho vigente no país, como nas concepções acerca do trabalho livre no Brasil. A maior preocupação da colonização era que gradualmente fosse substituído o trabalho escravo por indivíduos que já tivessem inculcido a ética do trabalho aos moldes liberais, a fim de formar uma sociedade trabalhadora, e que tivessem bons costumes, para formar a sociedade brasileira aos moldes procurados pela classe dirigente. Como no discurso do Dr. João da Silva Carrão, quando enfatizava que os imigrantes poderiam trazer ao Brasil bons costumes:

“Devemos desde já prever a influência poderosa que exercerá sobre os destinos da indústria, e mesmo sobre nosso costumes, um elemento da ordem do que se apresenta. Uma população enérgica, ativa e laboriosa, habituada em tudo quanto respeita imediatamente a seus interesses, [...] deve produzir uma salutar alteração em nossos hábitos”.⁷

Afinal, para esta classe, o trabalhador livre nacional era visto como vagabundo, e o trabalho manual não era visto como dignificante, pois era somente próprio para os negros e escravos. Foi neste ambiente que o senador Vergueiro propôs o plano das colônias de parcerias “*destinadas a construir legítimos viveiros ou escolas normais agrícolas para os imigrantes*”⁸.

De acordo com esse sistema, os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas de café. Tinham suas viagens pagas, bem como o transporte até as fazendas. Vendido o café, os fazendeiros entregavam ao colono a metade do lucro líquido, mas já deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda e impostos. Os encarregados de engajar os colonos atraíam-nos mediante o adiantamento das somas destinadas à viagem e ao sustento, e tais somas só eram “quitadas” mediante prestação de serviço por um prazo determinado. Isto nos leva a pensar que estes colonos viviam como servos. Condição oposta, portanto, às aspirações dos imigrantes, de que na América haveria um leque de possibilidades para uma vida melhor do que eles tinham em seu país de origem.

O Senador Vergueiro então funda uma empresa, a Vergueiro & Cia, que importava colonos em número casa vez maior. Com isso “*a importação de colonos, tornava-se uma empresa de consideráveis proporções*”.⁹ O sistema iniciado por Vergueiro – o de parceria – não durou muito tempo, e as contradições desse sistema vieram à tona na revolta em Ibicaba (uma das fazendas que pertenciam ao Senador).

Os colonos queixavam-se que recebiam pés de café de menos produtividade; de não ter como controlar seu lucro; de terem que realizar

⁷RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Dr. João da Silva Carrão, no dia 02 de Fevereiro de 1866, pp. 36. Todos os Relatórios de Presidentes da Província de São Paulo e os Discursos para a Assembléia Legislativa foram tirados do site da Universidade Chicago: www.crl.uchicago.edu.

⁸DAVATZ, Thomas, Memórias de um colono no Brasil (1850), Biblioteca Histórica Brasileira, 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora (Introdução de Sérgio Buarque de Holanda, pp. 13).

suas compras nos armazéns da fazenda, onde tudo era mais caro; da dificuldade de relacionamento com os senhores, pois estes estavam acostumados a lidar com escravos; de não poderem praticar sua religião (muitos desses imigrantes eram protestantes) e legalizar seus casamentos e batizados de seus filhos¹⁰.

Sérgio Buarque de Holanda relata ainda, na introdução do livro *Memórias de um colono no Brasil*, que um dos motivos para o insucesso desse sistema era que muitos colonos que foram engajados faziam parte do proletariado urbano da Europa Central, não tendo, portanto, experiências como camponeses ou lavradores. Tschudi, em suas observações sobre o colono em São Paulo, em 1858, de uma lista de 87 pretensos a lavradores apenas 13 se dedicavam a atividades agrícolas em suas terras de origem. Também relata que entre os colonos enviados a São Paulo, vinham antigos soldados, indivíduos que tinham acabado de sair da cadeia, “vagabundos”, velhos, aleijados e cegos. E isto era natural, porque era de se esperar que as administrações nacionais criassem obstáculos para as saídas de homens válidos e úteis. Isso se refletiu nas reclamações dos senhores, que se queixavam de que os colonos eram indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, pouco produtivos – que o escravo era mais eficiente, cuidava de mais pés de café.

Mas uma pergunta vem à tona: por que os fazendeiros optaram pelo sistema de parceria, ao invés de um sistema de salários?

Na perspectiva do fazendeiro, a parceria, numa situação de mão-de-obra escassa, era de fato mais eficiente que o trabalho assalariado, pois a remuneração na forma de uma proporção do produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar o seu esforço, uma vez que seus ganhos dependem do montante produzido. Ele cultivará com maior cuidado porque parte dos resultados virá em seu próprio benefício. A supervisão tornar-se-ia insignificante, pois o controle do trabalho seria feito pelo próprio trabalhador.¹¹

A parceria também permitia que se fizesse o uso do trabalho da família dos colonos. Segundo Juan Martinez-Alier: “Entendo que a colonização só pode progredir sendo feita por famílias. Calcula-se que cada família é constituída, em média, por cinco pessoas”.¹²

¹⁰LIMA, Sandra Lúcia Lopes, op. cit., pp. 64 e 65.

¹¹MARTINEZ-ALIER, Juan. Peasants and Labourers in Southern Sapis, Cuba, and Highland Peru, *Journal of Peasant Studies*, I, n°2, 1974, apud: STOLCKE, Verena e HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, *Revista Brasileira de Historia*, n°06, 1983.

¹²José Vergueiro. Memorial acerca de colonização e cultivo de café, 1874, pp.5. Apud: STOLCKE, Verena e HALL, Michael, op. cit., pp. 32.

A imigração ia perdendo rapidamente seu prestígio, os colonos sentiam-se reduzidos à situação de escravos, e os fazendeiros, viam-se burlados nos seus interesses. Isto até acarretou em uma desmoralização da política imigratória para o Brasil, as queixas dos colonos chegavam à Europa e desanimavam novos “sonhos” de imigração. Alguns países até mandavam emissários para verificar a verdadeira situação de seus compatriotas.

Nas décadas de 1860 e 1870, novas condições para imigração começaram a aparecer, os fazendeiros paulistas se convenceram de que para incentivar a imigração era preciso desenvolver a confiança dos outros países em mandarem seus “filhos” para o Brasil.

A melhor maneira que eles encontraram foi garantir aos colonos uma remuneração por meio de contratos de trabalho. Em lugar de fazer depender da venda do café no mercado, para o pagamento do colono, estipulou-se geralmente um preço fixo por alqueire. Com esse novo contrato, os colonos recebiam os cafeeiros que podiam cultivar sem dificuldade. Terminada a colheita depositavam eles o produto sem lugar convencionado e recebiam por alqueire a quantia estipulada. Para seus plantios dispunham, mediante aluguel ou até gratuitamente, de terrenos previamente marcados, e podiam também alugar casas de residência e pastos.

Esse sistema ou contrato seria interessante para os fazendeiros, pois eliminava a única desvantagem inerente ao pagamento por peça, ou seja, a má qualidade do serviço. A transição da parceria para o *colonato* foi um processo de crescente elaboração da exploração do trabalho, favorecido depois da metade da década de 1880 pela importação em massa de imigrantes. Mas também encontramos outras formas de contrato de trabalho que muitas vezes era um mecanismo criado pelo fazendeiro e seus colonos.

Em artigo da *Gazeta de Campinas*, encontra-se um relato de um viajante (não identificado) que pernoitou na Fazenda de Nova Louzã, fundada em 1867 em Mogi-Mirim e observou:

“Na Nova Louzã tudo chama atenção do visitante. Oitenta portugueses, livres, completamente livres, quero dizer livres de contratos de locação de serviço, compõe o belo pessoal d’esta

fazenda. Uma constituição ou lei, aprovada pelos empregados da casa forma o Regulamento, pelo qual, chefe e subordinado, tem de pautar suas ações e comportamentos.

Entre vários quadros que vi na sala da mesa dos empregados notei um Regulamento impresso, outro com um belo artigo sobre “O Trabalho”, também impressa, e outro artigo com o credo dos lavradores norte-americanos, e no final do texto o redator diz que quer ver crescendo ao credo dos lavradores brasileiros: Cremos no trabalho livre e só no livre”¹³

Esse relato mostra que algumas fazendas, em que havia a mão-de-obra imigrante, muitas vezes o fazendeiro tinha de se adaptar e criar meios de convivência tanto social como “trabalhista” para com os seus trabalhadores contratados.

E o escravo?

Dez anos depois de cessado o tráfico, a lavoura cafeeira ainda se apoiava no braço escravo. Alguns foram deslocados de outras atividades para a lavoura de café e buscou-se em outras províncias, a mão de obra necessária, como no tráfico interprovincial, meio que permitia que os escravos fossem vendidos para trabalhar na Província de São Paulo, escravos estes provenientes, em sua maioria, do Norte¹⁴ e Sul do país, zonas estas de decadência econômica. Por um recenseamento de 1866 possuía a Província de São Paulo, 80.000 escravos; pelo de 1873, 162.316; e em 1875, cerca de 2000.000.¹⁵

Mesmo com a imigração, havia fazendeiros que ainda temiam os efeitos que a quebra dos vínculos criados pela escravidão pudessem ocasionar. Tinham receio que a desorganização social e econômica que poderia decorrer da “*redução de autoridade do senhor, pela depressão*

¹³Gazeta de Campinas, Comunicado. Processo singular, Campinas, 15 de Junho de 1871, pp. 1 e 2

¹⁴No século XIX, o norte referia-se ao que hoje é o Nordeste do país.

¹⁵GODOY, Joaquim de. A Província de São Paulo. Apud: COSTA, Emilia Viotti. Da senzala à colônia, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, pp. 136.

do direito provincial, negado pela propaganda abolicionista, desobedecido pelo próprio escravizado... trata-se ou deve-se tratar da salvação da ordem pública".¹⁶ Isto nos leva a pensar que não cabe a generalização de que todos os fazendeiros fossem abolicionistas e também adeptos à imigração.

Mas, enquanto a população escrava decrescia nas cidades, aumentava nas zonas rurais. Nas cidades se observava uma diversidade profissional entre os escravos, principalmente quando a vida urbana se intensifica (no decorrer da segunda metade do século passado). Essa "autonomia" se deu através de dois sistemas de serviços prestados pelos escravos: o sistema de aluguel e o sistema ao ganho.

No sistema de aluguel quem oferecia os serviços do escravo era geralmente o senhor quem também estabelecia qual seriam os serviços e o pagamento. Já no sistema ao ganho, o escravo poderia oferecer seu serviço diretamente ao interessado, o que podia criar uma certa "flexibilidade" para sua liberdade, e isso geralmente ocorria longe dos olhos do senhor e do feitor quando trabalhava no campo.

O escravo que oferecia o seu trabalho com permissão do seu senhor, percorria toda a cidade oferecendo seu trabalho e entregava uma determinada quantia ao seu senhor. Graças a esse sistema, teceu-se nas cidades todo um complexo de serviços temporários. Mas é claro que o senhor ou ficava com maior quantia de dinheiro ou aumentava o preço da alforria, pois não queira perder seu escravo. Com o dinheiro que restava ao escravo ou ele guardava ou usava em benefício próprio, comprando comida, frutas, roupas, etc. O escravo ao ganho ou de aluguel criava naturalmente novas formas de convívio e relacionamento com seu senhor, através de seu empenho.

Também ocorria esse "bom relacionamento" entre escravo e locador de serviços, criando-se vínculos, exemplo: um locador de serviços comprar a alforria de um escravo. Em meio a tudo isso, as restrições ao tráfico interprovincial aumentavam, impossibilitando muitas vezes a entrada de um grande número de escravos nas regiões em que a lavoura do café se expandia. Em São Paulo foi decretada uma lei provincial (23/01/1881) que taxava em dois contos de réis cada escravo que entrasse na Província. Já em 1884 os efeitos dessa lei se faziam sentir:

¹⁶ Gazeta de Campinas "O momento atual", Campinas, 27/09/1887, pp. 1.

“Orçava a quatro ou cinco mil o número de escravos que anualmente as províncias do norte do Império mandavam para a lavoura de São Paulo... Os comboios desfilavam em nossas ruas e praças, pondo em amostra a qualidade da mercadoria, e de toda a parte vinham aqui os agricultores fazer provisão de braço... Agora, sob o influxo benéfico daquela lei regeneradora e humanitária, em vez de escravos, a província já recebe por ano mais de cinco mil trabalhadores com que o mundo civilizado vai enriquecendo nossas indústrias...”¹⁷

Mas que humanitarismo seria este, se o escravo foi “classificado” de mercadoria? A lei é benéfica por quê e para quem? Por que impedia a comercialização em grande escala de escravos ou por que fez com que a imigração aconteça cada vez mais e, como diz a reportagem acima, traz trabalhadores do mundo civilizado para inserir tradições e enriquecer cada vez aqueles que detêm o capital?

Mesmo assim, o braço escravo era ainda, até meados da década de 1880, predominante na lavoura de café (além de muitos escravos entrarem na Província clandestinamente)¹⁸. O Oeste Paulista apresentava ainda em 1886 um elevado índice de população escrava: cerca de 12,9%, índice comparado às regiões do Vale do Paraíba¹⁹.

O escravo que nos primeiros tempos foi de baixo custo e fácil aquisição, tornara-se pouco a pouco caro e de difícil obtenção. Pois com a intensificação do movimento abolicionista, com a desagregação do sistema escravista abalado tanto pelas fugas, pelo desenvolvimento da imigração, pelas leis abolicionistas, pela diminuição da população escrava (não era mais introduzido na Província tantos escravos), pelo seu envelhecimento (com a falta de escravos, sua reprodução era impossível) e por consequência e a mais importante, pelo seu alto custo.

Depois da Lei do Ventre Livre (1871), aumentou o número de ingênuos abandonados, isto porque o mercado para as escravas amas-

¹⁷Gazeta de Campinas. Os efeitos de uma lei, Campinas, 12/02/1884, pp. 1.

¹⁸“Os escravos eram desembarcados clandestinamente nas numerosas praias desertas que se estendiam ao longo do litoral brasileiro. Preferiam-se aquelas cuja via de acesso aos centros consumidores fosse relativamente fácil. Nessas praias construíam-se barracões onde os negros desembarcados eram preparados para serem vendidos”. In: COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966, pp.50-51.

¹⁹COSTA, Emília Viotti, op. cit. pp. 211.

de-leite sem filho justificava abandonar a criança. Ou então estas crianças permaneciam com os senhores de suas mães, levando o ingênuo uma existência em nada diferente daquela do escravo. Preocupou-se o governo e a sociedade paulista com a sorte destes ingênuos? E houve a preocupação para que com essas leis emancipadoras o ex-escravo e o ingênuo não fossem “jogados” à sociedade?

Sob estes dois aspectos pensou-se: proporcionar ao ingênuo uma proteção e educação adequadas e procurar reter junto do ex-senhor, o liberto adulto, não só para impedir a desorganização do trabalho, mas também para facilitar o ajustamento à nova condição.²⁰

Por volta de 1880, registrou-se uma certa preocupação pela sorte dos ingênuos, preocupação aliada a um movimento em prol do ensino agrícola. Foi proposto um projeto na Assembléia Provincial para que fossem formados estabelecimentos agrícolas a fim de receberem os meninos órfãos nacionais ou estrangeiros, e também os ingênuos. Mas o projeto foi rejeitado, alegando-se falta de dinheiro. Tendo em vista que outros projetos com a mesma finalidade foram também rejeitados ou vetados, praticamente nenhuma medida que amparasse o ingênuo foi executada pelos poderes públicos.

Resume muito bem Nícia Vilela Luz, quando ela afirma sobre a situação do ex-escravo numa sociedade que acabou de emancipá-lo: “Uma vez salvaguardados os interesses da Província, foi mais cômodo deixar o ex-escravo entregue à sua falsa noção de liberdade. Poucos se lembraram que, convenientemente educado, o liberto poderia se tornar um elemento produtivo e, portanto, um fator de progresso. Isto, sem falar no aspecto humano da questão.”²¹

Como se posicionava: opinião pública, administração e governo paulista.

A imprensa foi um dos principais meios encontrados pelos agricultores paulistas para tornar públicas as suas reivindicações, e um

²⁰LUZ, Nícia Vilela. A administração Provincial de São Paulo em face do Movimento Abolicionista, Revista de Administração, São Paulo, 1948, pp. 91-92.

²¹Ibid, pp.100.

dos jornais mais importantes para realizar isso foi a *Gazeta de Campinas*, que circulou de 31 de outubro e 1869 até maio de 1889. Este jornal se concentrou em atacar o Império e acentuar as vantagens da República. Em uma circular que a diretoria da Associação de Colonização e Emigração publicada na *Gazeta de Campinas*, em 1871, lia-se o seguinte: "Dois são os meios de obter e animar a introdução de braços livres na província: a colonização e a emigração espontânea.

A Associação de Colonização e Emigração para a província de São Paulo está certa que presta assim relevante serviço ao seu alcance em prol dessa idéia patriótica, para a solução do problema mais momentoso para nossa sociedade, a substituição das forças do trabalho, de modo a amortecer o choque que por ventura ameace a nossa lavoura. Nestas circunstâncias é claro que todos os paulistas devem auxiliar tão importante empresa; devem concorrer para propagá-la por toda a parte constituindo núcleos filiais da presente associação nas diferentes localidades."²²

A Associação dirigiu esta circular à população paulista, solicitando o empenho e mobilização para promover o trabalho livre imigrante. Sabendo que nem todos eram favoráveis ao trabalho livre, a *Gazeta de Campinas* estava se propondo a receber retaliações, mas sem dúvidas estava pronta a receber apoio e parceiros.

Analisando a administração e o governo da Província de São Paulo, os objetivos da administração da província paulista foram, estabelecer uma corrente imigratória e cercear o desenvolvimento da escravatura, que em outras palavras seriam, salvar a grande propriedade rural e com ela a economia da Província.

Tendo como uma das fontes principais os Relatórios dos Presidentes de Província de São Paulo, em que eram relatados os principais acontecimentos e necessidades que a Província estava passando, podemos analisar como estes homens estavam enxergando esta "transição" e quais conseqüências estava acarretando para a Província de São Paulo.

Em 1864, o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, apresenta indícios de que o emprego de escravos era preferência do que ao trabalho livre imigrante. Conforme acrescenta, "*a cultura de*

²²Gazeta de Campinas. Imigração, Campinas, 30 de abril de 1871, pp. 1 e 2.

*cana tem sido quase abandonada. Os fazendeiros preferem a do café não só por mais fácil e vantajosa, como também por menos sujeita às avarias, e menos danosa aos escravos*²³.

Em 1866, o presidente João da Silva Carrão criticava todas as tentativas de colonização realizadas até então: *“O governo procurou estabelecer colônias, que nada mais eram do que aglomerações de famílias transplantadas, que constituíam povoações de estrangeiros sem coesão entre si, e estabelecidas em localidades sem as condições essenciais com que tais colônias podem vingar e prosperar*²⁴. Expressa que todas as alternativas de colonização não haviam trazido os resultados esperados, principalmente a de financiamento particular que *“começou como reação na província a agitação da iniciativa individual, para promover a imigração européia, não com o fim de fundar colônias permanentes, mas de fornecer braços aos estabelecimentos agrícolas, de que começava-se a sentir falta pela cessação do tráfico de africanos*²⁵.

É importante notar na afirmação citada acima, de que já se estaria sentindo a falta de mão de obra escrava.

O tema da imigração e colonização estava se concentrando em estimular os proprietários a substituir a mão de obra escrava, como se pode ver no relatório de José Pereira, do ano de 1876. Mesmo reconhecendo que a Província não tinha condições de criar grandes núcleos coloniais, apontava a possibilidade de se criar pequenos núcleos onde os colonos pudessem viver com boas condições de vida:

*“A aspiração do imigrante é ser proprietário; satisfaçamos-lh’a e ele procurará nossa Província de preferência a todas as outras, pela amenidade de seu clima e inexaurível uberdade de suas terras. O imigrante, porém, não quer ser o povoador dos sertões, o destruir das nossas virgens florestas; ele deseja terra que possam ser amanhadas pelos meios que conhece e situadas nas vizinhanças dos centros populosos, onde deva encontrar consumo ao produto da pequena lavoura*²⁶.

²³RELATÓRIO com o qual o doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello entregou a presidência da Província de São Paulo ao coronel Joaquim Floriano Toledo, no dia 24 de outubro de 1864, pp.28.

²⁴RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 03 de fevereiro de 1866, pelo presidente, o Dr. João da Silva Carrão, São Paulo, 1866, pp. 33.

²⁵Idem, p. 34.

²⁶RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, Dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876, São Paulo, 1876, pp. 64.

No relatório do vice-presidente da Província, Souza Aranha, de 7 de janeiro de 1882, constam dois atos expedidos para atrair a imigração e auxiliar os fazendeiros na substituição dos escravos. O primeiro foi o de 7 de dezembro de 1881, que visava edificar um prédio para hospedar os imigrantes que chegavam a Província; o segundo foi o de 31 de dezembro de 1881, que tratava de regular provisoriamente o serviço provincial de imigração.

Como a entrada de imigrantes era cada vez maior, era necessário ter uma certa quantidade de terras que suprisse a este problema, e é isto que vemos no relatório de João Alfredo Corrêa de Oliveira, do ano de 1886, que ressalta que para um melhor desenvolvimento da imigração, os proprietários deveriam vender suas propriedades improdutivas.²⁷

Mas esta proposta defendida por João Alfredo Corrêa de Oliveira, não agradou, é claro, a muitos fazendeiros, pois estaria rompendo com o sistema tão já consolidado. Esta discordância pode-se ver no então Barão do Parnaíba, presidente da Província em 1887, que critica a proposta da venda das terras improdutivas, pois muitas delas eram parte das grandes propriedades de muitos fazendeiros. Dizia: “*que não se deveria alterar o sistema até então utilizado na Província, pois este seria o melhor para o colono, que chegaria aqui, arrumaria um emprego numa fazenda, pouparia e compraria por si sua própria terra*”²⁸.

Considerações Finais

Durante de mais de três séculos, a escravidão foi uma das peças principais do sistema colonial. No Brasil, onde existia terra em abundância e a mão-de-obra era escassa e pouco adaptada aos serviços da lavoura o desenvolvimento da economia de exportação, determinou a concentração da propriedade e acarretou intenso tráfico de escravos.

Com o fim do tráfico negreiro, a dificuldade de obter mão-de-obra constituiu em um entrave para a expansão das lavouras. Os altos preços e o elevado custo da manutenção dos escravos, tornaram pouco conveniente o seu emprego. Então a aquisição de escravos passou a

²⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886, São Paulo, 1886, pp. 40.

²⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887, São Paulo, 1887, p. 122.

significar uma imobilização de capital, não era mais vantajoso para o agricultor comprar escravos.

A ameaça de interrupção do tráfico e sua concretização em 1850 levaram os fazendeiros do Oeste-Paulista a interessarem-se pela imigração. As primeiras experiências baseadas no sistema de parceria fracassaram. Os atritos surgidos entre colonos e proprietários repercutiram mal, no Brasil e no estrangeiro, contribuindo para a criação de um ambiente desfavorável à imigração, dando ainda mais créditos aos argumentos de que a imigração não funcionaria e que o escravo era a melhor mão-de-obra.

Mas o que se pode concluir, é que a falta de mão-de-obra só foi encarada como um problema pelos fazendeiros, a partir da década de 1880. Isto porque além de possuírem muitos escravos, alguns fazendeiros não queriam se arriscar em uma “experiência” nova e perderam todos seus bens e investimentos feitos até aquele momento. Arriscar, porque muitos proprietários de terra não viam a imigração com bons olhos, pois, não podiam forçar os trabalhadores estrangeiros a trabalharem como escravos ou produzirem tanto quanto os escravos produziam. O movimento imigratório, entretanto só se intensificou partir de 1886, com o agravamento da crise escravista.

A Abolição não significou a interrupção imediata da ordem tradicional, manteve-se o sistema de propriedade e apoiando-se na exportação de produtos tropicais e as condições de vida dos colonos continuaram precárias na maioria das fazendas.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O Oeste-Paulista e a República*, São Paulo: Editora Vértice, 1986.
- LUZ, Nícia Vilela. A administração provincial de São Paulo em face do Movimento Abolicionista, *Revista de Administração*, São Paulo, 2 (8), dezembro de 1958.
- STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazenda de café de São Paulo, *Revista Brasileira de História*, nº 6, São Paulo: Marco Zero, n.º 6, set. de 1983, pp. 81-92.

Fonte Primárias

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, 2ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira).

Gazeta de Campinas. Imigração, Campinas, 30 de Abril de 1971.

Gazeta de Campinas. Comunicado – Processo singular, Campinas, 15 de Junho de 1871.

Gazeta de Campinas. Os efeitos de uma lei, Campinas, 12 de Fevereiro de 1884.

Gazeta de Campinas. O momento atual, Campinas, 27 de Setembro de 1887.

RELATÓRIO com o qual o doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello entregou a presidência da Província de São Paulo ao coronel Joaquim Floriano Toledo, no dia 24 de outubro de 1864.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 03 de fevereiro de 1866, pelo presidente, o Dr. João da Silva Carrão. São Paulo, 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, Dr. Sebastião José Pereira, em 02 de fevereiro de 1876. São Paulo, 1876.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886, São Paulo, 1886.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887, São Paulo, 1887.